

MEIRELLES, Maria Cristina. Avaliação e Sistematização de Experiências. In: ORTERO, Martina Rillo (Org.). **Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil: temas atuais**. São Paulo: Peirópolis, 2012. p. 151-165

AValiação e SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Cristina Meirelles¹

Caramujos ajudam as árvores a crescer.

Manoel de Barros

Este texto busca refletir as relações entre a avaliação e a sistematização de experiências sociais e sumarizar os fundamentos e momentos principais da prática da sistematização. De fato, esse é um tema sempre presente em processos de formação de profissionais nessas temáticas e, cada vez mais, entre os atores sociais engajados na reflexão sobre suas práticas: quais as diferenças entre avaliação e sistematização, qual caminho priorizar, quais os critérios possíveis para a escolha entre um e outro processo.

Considerando a sistematização de experiências como um processo de reflexão e construção de conhecimento sobre (e a partir de) a prática social, acreditamos que as respostas para essas questões ganham amplitude e sentido quando acrescidas de outras, como: a qual conhecimento nos referimos? Quais as bases epistemológicas que aproximam ou separam as diferentes práticas? Como o conhecimento se constrói na prática social? E, por fim, sempre presente: qual o lugar do conhecimento na transformação social?

1. Cristina Meirelles é socióloga graduada na Universidade de Paris I Sorbone e mestre em educação pela PUC-SP, atua nas áreas social e educacional desde 1990, em organizações públicas e privadas de diversas regiões do Brasil. É diretora-presidente e fundadora da CASA7 – Memórias e Aprendizagens, uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2006, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da prática social pela via da produção e articulação do conhecimento que dela deriva.

1. TERRENOS E CONTORNOS

PRÁTICA SOCIAL E CONHECIMENTO

Quando nos engajamos em processos de reflexão sobre a prática social, seja pela via da avaliação, da sistematização de experiências, da pesquisa social, entre outros possíveis, estamos de saída partindo da consideração ao fato de que as experiências sociais – tanto as próprias quanto as de outros atores – são fontes de aprendizagem. Em outras palavras, independentemente dos contornos específicos e sentidos próprios que cada uma dessas expressões assumam na prática, encontram-se igualmente no terreno do *conhecimento*. Entretanto, ao relacionarmos prática social com conhecimento, precisamos refletir os sentidos que estamos dando a essa relação.

Enquanto a investigação social preocupa-se principalmente com a construção do conhecimento científico e estrutura-se com base em seus pressupostos e procedimentos, e a trajetória da avaliação situa-se na esteira do método científico, com objetos de estudo amplos, para além da prática social, a sistematização de experiências preocupa-se com o conhecimento social, prático, derivado da experiência concreta dos atores sociais. Assumimos, portanto, a ideia de que não é possível falar de “conhecimento”, mas de conhecimentos de várias ordens, aproximando-nos de marcos conceituais que salientam o fato de que conhecimentos são sempre datados, contextualizados e, principalmente, construídos pelos homens conforme cada época e condições de produção.

Do nosso ponto de vista, uma das especificidades da sistematização de experiências é a consideração ao fato de que o conhecimento gerado na ação prática, embora não tenha a intenção de constituir-se em ciência, traduz-se em um saber prático, local, muitas vezes temático, interpenetrado por outras modalidades de conhecimento (até mesmo científico), capaz de, pela via do diálogo entre diferentes saberes, traduzir-se em referências capazes de servir a outros. Um conhecimento que ressignifica a prática, aproxima as comunidades locais e atores sociais da sua capacidade de produzir e sustentar suas próprias transformações, além de contribuir para a criação de matrizes políticas que, uma vez assumidas pelo poder público e sociedade civil, segundo seus diferentes papéis, impulsionam soluções de maior amplitude.

Se o conhecimento tem como horizonte outros lugares cognitivos, constitui-se ao redor de temas

... que em dado momento são adotados por grupos sociais concretos como projectos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença etc. etc. (Santos, 2003, p. 76).

Nossa pesquisa² sobre a percepção de algumas ONGs no Brasil a propósito desse tema reafirma: as aprendizagens derivadas da prática social – sejam as próprias ou as de outros atores – têm sido consideradas como fonte de conhecimento e com um papel a cumprir, especialmente no que se refere à construção e ao fortalecimento do lugar e das identidades de ONGs, à divulgação do exemplo para processos de transformação social, à formação permanente dos sujeitos que delas participam, à socialização e comunicação de conhecimentos e de metodologias e à produção de subsídios para o debate coletivo e construção de sentidos em rede.

AS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

A trajetória da avaliação, tomada em seu conceito-chave (determinação do mérito, validade ou valor), relaciona-se evidentemente com os modos de produção de conhecimento e seus fundamentos em cada contexto. A sistematização de experiências, por sua vez, surge na América Latina, na década de 1980, especialmente no campo da educação popular, entre os grupos populares e outros atores³ que buscavam justamente *questionar as formas tradicionais de avaliação* e investigação existentes, muitas vezes originadas no mundo dos financiadores e fundadas em paradigmas teóricos positivistas. Tratava-se de um momento no qual, como assinalam todos, a solidariedade e a luta confluíam e se integravam em diferentes tipos de práticas sociais, convivendo com a repressão nos países sob regimes ditatoriais.

2. O presente texto está baseado em M. Cristina Meirelles. *Conhecimento e prática social: a contribuição da sistematização de experiências*. PUC-SP, 2007. Biblioteca virtual.

3. Entre eles, a Rede de Centros de Educação Popular da América Central (Alforja), representada por Oscar Jara na Colômbia; o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats) no Peru; o Consejo de Educación de Adultos da América Latina (CEAAL), que desenvolve o Programa de Apoyo a la Sistematización; e a Escuela para el Desarrollo, no Peru. No fim dos anos 1980, é fundado o Taller Permanente de Sistematización (Peru), que agrupa várias dessas instituições, além de pessoas comprometidas com o tema.

Entre as concepções dos diferentes grupos, a ideia central comum é que a sistematização de experiências não se realiza *senão com a participação ativa dos sujeitos autores da prática*, engajados em processos de reflexão sobre ela e sobre sua ação no mundo. De fato, embora existam tendências diversas sobre os modos de construção do conhecimento com base na prática, todas as proposições encontram-se no mesmo campo conceitual. Trata-se de não cindir em unidades dicotômicas os sujeitos (ator e autor de práticas sociais) e os objetos de conhecimento (a experiência social e seus resultados), considerando as relações entre teoria e prática, a realidade como uma totalidade em permanente movimento, bem como a historicidade e contextualização do conhecimento produzido.

Inserida, portanto, em um contexto de mudanças de paradigmas, a sistematização de experiências encontra sua especificidade no seu objeto e no campo conceitual no qual atua, contrapondo-se ao ativismo e à ruptura entre o sentido e a ação prática, ou seja, não é possível falar de sistematização de experiências *senão a partir de uma determinada concepção de método e no interior da prática social*⁴. Mantém, entretanto, interfaces com os procedimentos e instrumentos metodológicos ligados à pesquisa e investigação, sempre que no mesmo marco conceitual.

Refletir a avaliação de projetos sociais sobre essa mesma lógica é uma tarefa complexa, já que vários são os enfoques e as referências conceituais que atualmente dão base à sua prática.

Algumas de suas vertentes (formativa, qualitativa, participativa, por exemplo) ancoram-se nos mesmos marcos conceituais, e, embora nesse caso possam operar em terreno comum, avaliação e sistematização possuem contornos próprios e se constituem em expressões particulares.

OS OBJETIVOS

O emprego de uma ou outra (ou ambas) depende do projeto de conhecimento que temos. O foco, objetivos e resultados do projeto é que dirão qual

4. Os vários autores, organizações, textos teóricos e documentos que tratam da sistematização de experiências, suas especificidades e origens podem ser encontrados na lista eletrônica de discussão sobre sistematização de experiências do Programa Latino-Americano de Apoio à Sistematização do CEAAL. Essa lista pretende intercomunicar o tema da sistematização, organizar redes eletrônicas sobre temas específicos e criar uma base de informação sobre o tema. Disponível em <www.alforja.or.cr/sistem>.

das duas escolher. Se a avaliação procura a atribuição de valor e mensuração de resultados, a sistematização de experiências está interessada no processo com o objetivo de aprender a partir da própria prática, ou seja, com foco na aprendizagem. Nas palavras de Oscar Jara (2001), não se fixa nos resultados, como na avaliação, e também não se constitui em um mecanismo isento de aporte crítico. Por conseguinte, os resultados esperados e produtos são também diversos (Barnechea, 1998): se pretendemos o aprimoramento e socialização das aprendizagens, não resultará em um informe de resultados. Nessa direção, as perguntas que orientam os procedimentos da avaliação e da sistematização são também diversas: quais os resultados/o que aprendemos. Vale notar, sistematizar aprendizagens significa olhar para a prática menos com o objetivo de verificar se ela confirma ou não nossas hipóteses (alcançamos os resultados pretendidos, o processo desenhado foi útil etc.), e mais para perceber *o que ela revela*.

Entre os propósitos centrais da sistematização estão: aprimorar a prática, reafirmar a autoria dos profissionais da ação, impulsionar processos formativos e de comprometimento, construir conhecimento para a ação, consolidar teórica e metodologicamente a área social, facilitar a transição entre o conhecimento privado e individual e o conhecimento organizado e socializável, criar condições para potencializar os efeitos da prática social.

Vale dizer, a soma de esforços para a consolidação de uma cultura de reflexão sobre a prática é, ou poderia ser, um esforço conjunto entre aqueles que se dedicam tanto à sistematização de experiências quanto à pesquisa e avaliação de programas e projetos sociais. Segundo Oscar Jara (2006, p. 39) a propósito das diferenças e semelhanças entre pesquisa, avaliação e sistematização, as três:

se alimentam mutuamente e as três são indispensáveis. Não podemos prescindir de alguma, se queremos avançar diante dos desafios teóricos e práticos que nos estabelecem os trabalhos de educação, animação e organização popular.

2. OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Considerando o processo de reflexão sobre a prática como uma tarefa sempre permanente e seus resultados sempre inacabados, como é a natureza do conhecimento, traçar o caminho é uma tarefa provisória, pois

depende de cada grupo, comunidade ou organização, cujos desejos e expectativas nem sempre são coincidentes em todos os pontos. Nesse sentido, os procedimentos e métodos da sistematização não podem ser compreendidos apenas como um conjunto de passos cronológicos, com começo, meio e fim. Trata-se mais de desenvolver uma cultura de reflexão sobre a prática que possibilite a construção coletiva do conhecimento e a elaboração de produtos e instrumentos que comuniquem e socializem os patamares alcançados. Em suma, é preciso concretizar a ideia de que na prática social não basta fazer, e saber fazer; é preciso ainda saber explicar o que foi feito.

Segundo os grupos que se dedicam a refletir sobre o como da sistematização de experiências, há ainda, por meio de um processo de intercâmbio e criação coletiva, uma busca de construção de uma metodologia de trabalho que seja útil e acessível aos profissionais na prática⁵. De fato, trata-se de buscar respostas às perguntas: o que sistematizar? Quando fazer uma sistematização? Quem participa e com quais papéis? E, acima de tudo: como o conhecimento se constrói na prática? Vale lembrar, a leitura de produtos e relatos sobre a experiência de sistematizar disponíveis na biblioteca virtual de sistematização é um modo sempre importante de refletir cada caso e construir a própria prática com base nas experiências já realizadas.

AS PERGUNTAS INICIAIS: QUANDO, O QUE E QUEM

O processo de reflexão sobre a prática social é permanente e contínuo, o que significa dizer que, idealmente, a sistematização poderia estar incluída no cotidiano e ser desenvolvida ao longo das experiências. Procedimentos e instrumentos de registro, tematização da prática, momentos de reflexões coletivas, produção e gestão das aprendizagens são mecanismos que terminam por constituir (quando presentes) apenas um momento no ciclo de vida dos projetos (como ocorre também com a avaliação). Entre as dificuldades apontadas pelos atores sociais está a falta de recursos humanos,

técnicos e/ou financeiros, aliada à ainda incipiente cultura da reflexão e gestão do conhecimento no campo social, marcado historicamente pela urgência do *fazer*, frente a uma complexidade de questões, de fato, urgentes. Ao assumirmos que a sistematização de aprendizagens é um modo de construir referências para o campo social e constitui-se também em um instrumento político de intervenção social, terminamos por nos engajar na mobilização de recursos e viabilizar sua realização, *durante ou após* o encerramento de um projeto.

A definição dos objetos que ordenam a sistematização (o que sistematizar), mesmo considerando que toda prática social gera aprendizagens, é uma questão também presente. É a construção dos objetivos da sistematização que pode orientar os critérios em cada organização. Se, por exemplo, uma ONG realiza ou apoia vários projetos na área da educação e tem como objetivo aprimorar sua prática, poderá desenvolver critérios para priorizar aqueles que apresentam mais desafios e tensões a ser refletidos pelo coletivo. Por outro lado, se o objetivo é sistematizar a experiência acumulada na *área da educação*, trata-se menos de sistematizar um projeto específico e mais as aprendizagens que são transversais ao conjunto.

Em relação aos participantes de um processo de sistematização, há um grande destaque nos textos e documentos relativos ao tema sobre o fato de que ele é, por princípio, *atividade coletiva*. A participação de todos os envolvidos é prevista desde o momento inicial, que trata de negociação dos sentidos, objetivos, processos e resultados da sistematização. Segundo Maria Mercedes Barnechea (1998), o exercício individual empobrece as possibilidades de produção de conhecimento, já que se limita ao olhar de um indivíduo sobre um processo que é complexo e multidimensional. Oscar Jara (2001) salienta que uma etapa fundamental é a definição *da forma* como os diferentes atores da experiência se envolvem no processo de sistematização, não como “meros informantes”, mas como sujeitos da interpretação e da crítica.

Assim, trata-se fundamentalmente de um processo desencadeado com base em perspectivas múltiplas. Por exemplo, em uma sistematização de um projeto de desenvolvimento comunitário que tem por objetivo aumentar a renda das famílias, quem participa são os sujeitos da prática – neste caso, as famílias nas comunidades, os técnicos agrícolas, as lideranças comunitárias, os parceiros locais, a equipe responsável pelo projeto, os financiadores e todos os demais envolvidos.

5. As principais propostas analisadas são originárias das seguintes organizações: Celats, em 1985; Taller Permanente CEAAL, em 1988; Escuela para el Desarrollo, em 1991; e Alforja, em 1994. Acrescentam-se reflexões posteriores dos mesmos autores, além de trabalhos de Ada Ocampo e Julio Berdegué (2001); as experiências de Pierre de Zutter (1994), bem como o relato das experiências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui).

O caráter participativo não exclui a pertinência de um apoio externo, como facilitador do processo de sistematização, capaz de contribuir para a definição dos conteúdos a ser buscados na experiência, ajudar na superação das dificuldades iniciais, tais como manter o foco, ampliar a perspectiva e orientar o projeto como um todo.

OS MOMENTOS ESSENCIAIS

Uma vez consideradas as questões acima, é possível identificar nos textos dos diversos autores já citados etapas e procedimentos (ou componentes do processo) comuns ou complementares, tais como: a construção coletiva do projeto de sistematização; a reconstrução da experiência; o ordenamento da informação; a análise, crítica e interpretação; a comunicação. Na nossa prática, esses momentos se interpenetram e são sempre considerados (embora as ênfases sejam reeditadas conforme cada grupo ou experiência), sintetizados como segue.

A MOBILIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PRÁTICA

A construção coletiva dos consensos e acordos sobre o processo, embora pertinente, não se realiza naturalmente, se não forem previstas etapas anteriores de formação com os profissionais e público-alvo das ações, acerca das concepções e práticas da sistematização. Essa etapa é considerada fundamental, já que os sujeitos da prática, para se engajarem em processos de reflexão, precisam apropriar-se do projeto e a ele atribuir sentido.

A realização de oficinas e criação de espaços de debate com os envolvidos, antes ou durante a construção do projeto de sistematização, tem se mostrado eficaz, sempre que o propósito é contribuir para a reflexão permanente da prática e a partir dos próprios atores. Trata-se de apoiar a construção de condições (conceituais e metodológicas) nas organizações e entre a população envolvida, a fim de garantir não só a participação de todos, mas também propiciar a permanência da proposta no cotidiano das organizações e comunidades. De modo que, de volta ao marco conceitual que nos dá suporte, buscamos propor situações concretas em torno das quais os participantes exercitam e refletem o seu papel de pesquisadores e construtores de conhecimento sobre a prática: o caminho percorrido, as soluções encontradas, as aprendizagens. Como nos ajuda Monique Deheinzelin (2006):

Interagindo com a realidade, assumindo, ao mesmo tempo, nossa subjetividade, e a objetividade da natureza e da vida em sociedade, somos capazes de gerar transformações. Como transformações, os processos de aprendizagem produzem conhecimento. Deste modo, a sistematização não apenas não se dissocia de processos de criação, como gera possíveis dinâmicas entre indivíduos, instituições e a vida em sociedade.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO

Trata-se do debate, negociação e acordos coletivos sobre os sentidos, objeto, objetivos, procedimentos, produtos da sistematização e destinatários das aprendizagens daquela experiência em particular, a partir do que se delineiam os temas, focos, questões orientadoras, e envolvidos.

É notável como a construção do projeto segundo as diferentes perspectivas, facilitada pela mobilização prévia em direção ao engajamento dos sujeitos em processos de pesquisa sobre a própria prática, alcança patamares sempre mais amplos. Assim é que, por exemplo, os objetivos iniciais de um projeto de sistematização da experiência de desenvolvimento comunitário (refletir a prática para comunicá-la; apoiar o processo de mobilização de recursos) ampliaram-se para: aprimorar a prática, reafirmar a autoria dos profissionais e população envolvidos, subsidiar o planejamento das novas ações, fortalecer a identidade das organizações envolvidas, construir o diálogo com outras dimensões do conhecimento, apoiar a efetivação das ações por outros atores.

O LEVANTAMENTO DOS CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM

Embora o levantamento de focos e questões orientadoras seja parte integrante da construção do projeto de sistematização, tratamos os conteúdos de aprendizagem como um momento específico, pela complexidade da tarefa proposta. Trata-se de destacar, perceber, priorizar, ordenar e fundamentar os conteúdos centrais das aprendizagens obtidas pelo conjunto dos sujeitos, o que nem sempre é fácil quando estamos diretamente envolvidos na ação.

Na facilitação da construção dos “mapas de conteúdos”, as atividades propostas buscam, além do levantamento coletivo, o ordenamento participativo dos resultados em “nuvens de aprendizagens”, compreendidas como núcleos de significação, tal como definidos por Wanda Junqueira Aguiar (2001): “Conteúdos, questões centrais, menos pela frequência e

mais pelo envolvimento e escolha dos sujeitos, que, uma vez iluminados pelos objetivos do projeto, devem apontar os temas centrais da experiência e apreender a forma como sujeitos específicos o configuram”.

A ANÁLISE DOCUMENTAL OU RESGATE DE MEMÓRIAS

A compilação e o ordenamento da informação e documentação disponíveis (informes, diagnósticos, registros das ações, avaliações, vídeos, fotografias, entrevistas gravadas etc.) são propostos a partir dos conteúdos de aprendizagem acordados, ou seja, significam rever e ordenar o que já foi produzido, tendo como eixos orientadores os conteúdos prévios de aprendizagem. Caso não existam, é o momento de construir instrumentos para o registro da prática pelos seus atores e o resgate das memórias.

A RECONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA

Trata-se da reconstrução histórica do processo (acontecimentos, fatos, relações, contextos) e a construção da narrativa na voz dos sujeitos, com base nos conteúdos, focos ou perguntas orientadoras anteriormente definidas. Parte-se da diversidade de perspectivas dos diferentes atores para construir uma visão compartilhada da experiência na forma de lições aprendidas, para “processá-la intelectualmente” (Barnechea, Gonzalez e Morgan, 1998), observá-la segundo um “olhar ordenado da prática” (Morgan e Francke, 1995) ou ordenar os diferentes elementos objetivos e subjetivos que interferiram no processo; compreendê-los e interpretá-los e, dessa maneira, extrair aprendizagens que tenham utilidade no futuro (Jara, 2001).

Vale destacar que, em algumas situações, esse momento termina por resumir-se na construção de uma linha do tempo coletiva, onde são destacados os momentos essenciais da experiência a ser posteriormente aprofundados pela análise da documentação existente. Sendo assim, perdemos a oportunidade da reflexão coletiva sobre os sentidos, significados e, principalmente, o contexto da prática vivida. Não se trata, portanto, apenas de descrição e ordenamento, mas também e principalmente da contextualização da experiência e dos fatos. Como exemplo, é por essa via que produtores rurais refletiram sua experiência sobre a produção coletiva na região amazônica, sempre em relação com as políticas agrárias, os modos de escoamento, o desmatamento e a preservação ambiental.

O ORDENAMENTO E A PESQUISA DE PASSOS E PROCEDIMENTOS

Esse momento diz respeito ao ordenamento e análise das informações levantadas, segundo a perspectiva dos sujeitos da sistematização, para identificar novos temas e aspectos centrais a ser abordados e aprofundá-los. Para alguns autores, a decomposição da experiência nos elementos que a constituem, analisando a lógica interna e as relações entre eles, é também o momento do diálogo com a teoria. O principal instrumento é a formulação de perguntas, seguida do reordenamento das informações necessárias para responder a elas. Trata-se de ordenar a prática em forma de processo. Resume Oscar Jara (2006, p. 89):

Em síntese, o ordenamento e a classificação da informação devem permitir reconstruir, de forma precisa, os diferentes aspectos da experiência, vista já como um processo.

Frequentemente é também esse o momento da construção metodológica que pode se dar pela pesquisa de passos e procedimentos contidos na prática. A partir dos nossos objetivos e mapa de conteúdos, que deram subsídios à construção da narrativa pelos sujeitos sobre suas práticas, podemos nos engajar em abrir novas camadas e ordenar o “como” das coisas: como aumentamos nossa renda, como formamos pessoas, como fizemos para contribuir para a alfabetização de crianças, como articulamos redes, como, em síntese, fizemos o que fizemos. Cada um desses processos compõe uma metodologia, como registro e tomada de consciência do próprio percurso de aprendizagem a partir da prática.

A ANÁLISE, CRÍTICA E INTERPRETAÇÃO

O momento de análise é compreendido o mais das vezes como síntese, interpretação crítica do processo, reflexão (por que aconteceu o que aconteceu), elaboração de conclusões (pontos de chegada) ou como respostas às perguntas anteriores. É o momento da pergunta: o que faria diferente?

Para alguns autores da sistematização, implica decompor a experiência (totalidade) nos elementos (partes) que a constituem, identificar as relações entre eles, compreender seus fundamentos e consequências (Morgan, 1995). É o momento de enfatizar as relações com a teoria, levantar o conhecimento prévio, distinguir os novos conhecimentos produzidos durante a prática e

relacioná-los com o conhecimento acumulado sobre o tema, dialogando teoria e prática. Assim, especialmente para o Taller Permanente de Sistematización (TPS), a sistematização deve: (1) organizar os conhecimentos produzidos na prática; (2) confrontar com os conhecimentos anteriores; (3) confrontar com o conhecimento acumulado – teoria; (4) produzir lições e aprendizagens que orientem novas práticas (Barnechea, Gonzalez e Morgan, 1998, p. 5).

Sobre a relação com a teoria, Oscar Jara (2001) propõe a expressão “contexto teórico” para denominar os conceitos e conhecimentos com os quais os sujeitos fundamentam sua prática. A expressão pretende diferenciar-se do tradicional “marco teórico” e explicitar que, antes de iniciar a sistematização, já existem análises e interpretações. Para o mesmo autor, o principal “dilema” da sistematização é justamente a interpretação crítica, ou seja, superar o descritivo e narrativo com os quais frequentemente a sistematização é confundida.

Em nosso exemplo, a comunidade compreender-se como comunidade e dar sentido a isso, a importância da memória e identidade local, o alinhamento de expectativas entre os diferentes parceiros, a existência de espaços para reflexão sobre os aspectos subjetivos relativos à prática da produção coletiva, a política de vizinhança, o papel da liderança são alguns dos aspectos que na prática do projeto de desenvolvimento comunitário revelaram-se como tão ou mais essenciais que o aprendizado de novas técnicas agrícolas. São eles que, segundo seus sujeitos, deveriam compor os caminhos para projetos dessa natureza. O conjunto das reflexões tem como resultado principal o desenvolvimento dos atores sociais, suas aprendizagens e capacidade de tomar decisões.

A COMUNICAÇÃO

A definição de estratégias de comunicação que ajudem a socializar a experiência é parte integrante do processo de sistematização. Buscam comunicar aprendizagens e partem da definição prévia do público interessado nos seus resultados. Em geral, a partir de um documento mestre é possível produzir diferentes materiais de comunicação para cada público (textos, peças de teatro, vídeos, seminários etc.).

A título de observação, embora a comunicação e, portanto, a construção do produto da sistematização seja parte integrante e fundamental de todo o

processo, há uma tendência de superestimar essa etapa, já que é para ela que confluem as expectativas, os tempos, os prazos e os recursos. Assim, também fundamental é a compreensão de que, para além do produto de comunicação, a socialização dos resultados significa potencializar os efeitos daquela ação, tanto internamente quanto para um público mais amplo, sempre em direção à transformação social desejada. Nesse sentido, mais do que comunicação e produto, trata-se da articulação com os destinatários desse conhecimento e da inclusão do elemento humano que segue junto com o produto, nunca suficiente em si mesmo e não resumido a “manuais” e “prescrições” a ser seguidos em passos sequenciais.

3. POR FIM, O CENÁRIO

Em síntese, a sistematização de experiências busca trilhar o caminho levando em consideração que processos sociais não são compostos apenas por ações quantificáveis e qualificáveis a ser repetidas ou reproduzidas em qualquer contexto, mas sim refletem o compromisso dos sujeitos com a transformação e referem-se a práticas que têm objetivos transformadores, que não se realizam sem a dimensão subjetiva do conhecer.

É fato que a ideia e a prática da sistematização de experiências no Brasil, bem como da avaliação, vêm ganhando novo fôlego. No caso da sistematização, algumas preocupações em pauta mostram que há uma tendência de compreendê-la como um processo de construção de tecnologias a ser traduzidas em manuais que podem apoiar a disseminação e multiplicação das experiências. Sendo assim, constituem-se em um instrumento de rentabilização do investimento social, mais próximo de um modelo de racionalidade que pretende a construção de procedimentos padronizados e que comportam um fim prático imediato. Se não estritamente relacionadas, acompanham preocupações com a avaliação de projetos sociais nessa mesma direção, a expectativa da velocidade dos resultados mostrando a necessidade de maior aprofundamento sobre o que é de fato um impacto social, as dificuldades de mensurar processos inter-relacionados, entre outros.

É talvez um momento propício para refazermos as perguntas essenciais aqui enunciadas: qual o papel do conhecimento na transformação social e, principalmente, a qual projeto de sociedade corresponde essa transformação social que buscamos? São essas ênfases que conferem ao conhecimento da prática sua capacidade tradutora, “que torne as diferentes lutas mutuamente

inteligíveis e permita aos actores coletivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os anime” (Santos, 2001, p. 27).

Possivelmente, ao assumirmos o fato de que o objeto (a experiência social) e o sujeito (atores da ação) nunca são completamente distintos na prática social e que a teoria (conhecimento acumulado) está embutida em ambos, poderemos construir novos sentidos para a prática da reflexão, independentemente do caminho tomado em cada momento: a avaliação e sistematização, entre outros.

É importante lembrar que o engajamento na realização de processos de sistematização e/ou avaliação das experiências sociais, embora represente um avanço importante, não é suficiente para transformar as redes, organizações ou grupos sociais em espaços de aprendizagem e produção de conhecimento a partir da prática. É frequente a produção de relatórios e publicações que terminam por não serem utilizados pelos sujeitos e público da prática. É preciso, antes de tudo, refletir sobre os projetos de conhecimento que cada iniciativa acopla à sua prática e os sentidos e finalidades atribuídos a esses processos pelos autores das experiências e público envolvido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, W. J. “Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica”, in: BOCK, A. M.; GONÇALVES, M. G.; e FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARNECHEA, M. M.; GONZALEZ, E.; e MORGAN, M. L. *La producción de conocimientos en sistematización*. Lima: Taller Permanente de Sistematización, 1998.
- BORDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2005.
- DEHEINZELIN, M. *Construtivismo: a poética das transformações*. São Paulo: Ática, 1996.
- JARA, O. *Para sistematizar experiencias*. São José da Costa Rica: Alforja, 1998.
- . *Dilemas y desafíos de la sistematización de experiencias*. Cochabamba: Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, 2001. Palestra realizada durante o seminário da Agricultura Sostenible Campesina de Montana (Asocam), organizado pela Intercooperation, 2001, Cochabamba, Bolívia.
- . *Para sistematizar experiencias*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- OCAMPO, A.; e BERDEGUÉ, J. A. “Guía metodológica y guías de terreno para la sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural”. CD-ROM *Aprendiendo para dar el siguiente paso*. Preval, Fidamérica, Fida, Chile, 2001.
- MEIRELLES, M. C. *Conhecimento e prática social: a contribuição da sistematização de experiências*. PUC-SP, 2007. Biblioteca virtual.
- MORGAN, M. L.; e FRANCKE, M. “La sistematización: apuesta por la generación de conocimientos a partir de las experiencias de promoción”, in: *Escuela para el Desarrollo*. Materiais didácticos, nº 1, Lima, 1995.
- SANTOS, B. S. *Crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, v. 1, 2001.
- . *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. 4ª ed. São Paulo: Martins, 2008.
- ZUTTER, P. *Des histoires, des savoirs et des hommes: l'expérience est un capital – Réflexion sur la capitalisation de l'expérience*. Paris: FPH, 1994.